



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2013 da Mitsui Sumitomo Seguros S.A., acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A empresa: A Mitsui Sumitomo Seguros é uma subsidiária do grupo MS & AD Insurance Group, que está presente em todo o mundo, e dispõe de uma rede de escritórios integrada, distribuída pelas Américas, Europa, Ásia e Oceania. MS&AD Insurance Group é o maior grupo segurador do Japão, no segmento

de seguros não-vida. De desempenho: A Companhia obteve no primeiro semestre de 2013 lucro líquido de R\$ 2,6 milhões, contra um prejuízo de R\$ 9,5 milhões em 2012. O montante de Prêmios Emitidos alcançado em 30 de junho de 2013 foi de R\$ 154,3 milhões, o que representa uma redução de 22,3% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Já os Prêmios Ganhos totalizaram R\$ 170 milhões, redução de 9% sobre o obtido no primeiro semestre do ano anterior. Por outro lado, no período houve uma significativa melhora no índice de sinistralidade. Os Sinistros Ocorridos representaram 54,9% dos Prêmios Ganhos

em 2013, melhor que os 72,2% em 2012. Esses números são resultado das ações de readequação de produtos não rentáveis e de melhoria do processo de subscrição de riscos. Agradecimentos: Agradecemos à SUSEP, Resseguradores e órgãos de classe pelo apoio e orientação recebidos, aos Clientes e Corretores pela confiança depositada ao longo do semestre e principalmente aos nossos funcionários pela eficiência e dedicação no desempenho de suas funções.

São Paulo, 23 de agosto de 2013

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012

Table with columns: Nota explicativa, 30/06/2013, 30/06/2012. Rows include Prêmios emitidos, Prêmios ganhos, Resultado com resseguro, Despesa com resseguro, Despesas administrativas, Despesas com tributos, Resultado financeiro, Resultado operacional, Ganhos e perdas com ativos não correntes, Resultado antes dos impostos e participações, Imposto de renda, Contribuição social, Participações sobre o resultado, Lucro (prejuízo) líquido do semestre, Quantidade média de ações, Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Table with columns: Nota explicativa, 30/06/2013, 31/12/2012. Rows include Ativo circulante, Aplicações, Créditos das operações com seguros e resseguros, Outros créditos operacionais, Ativos de resseguro-provisões técnicas, Títulos e créditos a receber, Créditos tributários e previdenciários, Depósitos judiciais e fiscais, Outros créditos, Bens vendidos e bens, Outros valores, Despesas antecipadas, Custo de aquisição diferidos, Ativo não circulante, Realizável a longo prazo, Aplicações, Títulos e créditos a receber, Créditos tributários e previdenciários, Depósitos judiciais e fiscais, Imobilizado, Imóveis, Bens móveis, Intangível, Outros intangíveis, (-) Amortização acumulada, Total do Ativo.

Table with columns: Nota explicativa, 30/06/2013, 31/12/2012. Rows include Passivo circulante, Contas a pagar, Obrigações a pagar, Impostos e encargos sociais a recolher, Encargos trabalhistas, Impostos e contribuições, Débitos de operações com seguros e resseguros, Prêmios a restituir, Operações com seguradoras, Operações com resseguradoras, Corretores de seguros e resseguros, Outros débitos operacionais, Depósitos de terceiros, Provisões técnicas de seguros, Danos, Pessoas, Passivo não circulante, Contas a pagar, Tributos diferidos, Outras contas a pagar, Outros débitos, Provisões judiciais, Débitos diversos, Patrimônio líquido, Capital social, Reserva de reavaliação, Ajustes com títulos e valores mobiliários, Prejuízos acumulados, Total do Passivo.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012

Table with columns: Nota explicativa, Capital social, Reserva de reavaliação, Ajustes com TVM, Prejuízos acumulados, Total. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2011, Realização, Títulos e valores mobiliários, Prejuízo líquido do semestre, Saldo em 30 de junho de 2012, Saldos em 31 de dezembro de 2012, Reserva de reavaliação, Realização, Títulos e valores mobiliários, Lucro líquido do semestre, Saldo em 30 de junho de 2013.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013

1. Contexto Operacional: A Mitsui Sumitomo Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, situada na Alameda Santos nº 415 - 5º andar, cujo controlador em última instância é a Mitsui Sumitomo Insurance Co. Ltd. A Mitsui Sumitomo Seguros S.A. tem como objetivo principal a comercialização de seguros de automóveis, ramos elementares e vida e sua atuação se dá em todo território nacional. 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 464/13. 2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e são ajustadas ao valor justo, quando aplicável, para os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A elaboração dessas demonstrações financeiras pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal e compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido que contemplam as demonstrações dos resultados abrangentes, e as demonstrações dos fluxos de caixa e as notas explicativas. As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora estão divulgadas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras intermediárias. 2.3. Demonstração de resultados abrangentes: A demonstração de resultados abrangentes está sendo apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado com requerido ou permitido pelos CPCs. 2.4. Operações descontinuadas: Não houve atividades descontinuadas no semestre findo em 30 de junho de 2013. 2.5. Normas e alteração de normas: O CNSP emitiu a Resolução CNSP nº 264/12 que extinguiu a cobrança dos custos de apólice separada do prêmio. A receita acumulada com a cobrança dos custos de apólices no semestre findo em 30 de junho de 2012 totalizou R\$4.609, registrada na rubrica "Receita com emissão de apólices" na Demonstração do resultado. Em 2013, a SUSEP emitiu a Circular SUSEP nº 462/13 que dispõe sobre a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas do mercado de seguros. A Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNCG, passou a ser calculada líquida da parcela do prêmio definida como receita destinada à recuperação dos custos iniciais de contratação. O montante de receita registrada no semestre decorrente de tal alteração foi de R\$32.371, registrada na rubrica "Prêmios emitidos" na Demonstração do resultado. Essa mesma Circular dispõe sobre a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas, para o qual, qualquer insuficiência resultante do teste de adequação de passivos - TAP, passou a ser registrada como provisão complementar de cobertura - PCC, bem como, determinou que outras provisões técnicas, não relacionadas com aquelas a serem constituídas para a garantia de suas operações, sejam transferidas para o grupo de Outras Provisões Técnicas - OPT e integralmente revertidas até 31 de dezembro de 2014. Em 30 de junho de 2013, a Seguradora procedeu ao teste de adequação de passivos onde não foi constatada insuficiência de provisões técnicas, bem como efetuou a reversão da Provisão Complementar de Prêmios - PCP no montante de R\$11. 3. Principais Políticas Contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias estão assim definidas: 3.1. Moeda funcional: A moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora atua, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais arredondados para a casa decimal mais próxima. 3.2. Apreciação de resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais. As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado no momento da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros e diferidas para apropriação no decorrer do prazo de vigência das apólices e faturas, através de constituição da provisão de prêmios não ganhos. São contabilizadas, também, as estimativas de receitas de prêmios para as apólices em processo de emissão. Os prêmios de coseguro aceitos são apropriados ao resultado no momento do recebimento das especificações de coseguro (propostas) das congêneres e diferidas para apropriação no decorrer do prazo de vigência das apólices e faturas, através de constituição da provisão de prêmios não ganhos. 3.3. Custos de aquisição diferidos - a Seguradora possui uma política de capitalização de certos custos de aquisição relacionados com comissões pagas aos agentes e corretores. O CPC 11 permite que esses custos de aquisição sejam capitalizados. Nenhum ajuste foi efetuado, pois não existe obrigação de capitalizar custos de aquisições capitalizados além daqueles que já são capitalizados pela Seguradora. Os prêmios de resseguros e as despesas de comercialização de retrocessão e correspondente a provisão de prêmios não ganhos são contabilizados com base nos informes recebidos das resseguradoras. 3.4. Contratos de seguros: De acordo com as determinações contidas no CPC 11 - Contratos de Seguros e Carta Circular SUSEP/DECON/PROBEN/007/08, que define as características de um Contrato de Seguro, a SUSEP/DECON/PROBEN/007/08, que define as características de um Contrato de Seguro, a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguros. A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que qualquer perda por redução do valor recuperável. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como "Contas a pagar" e "Débitos de operações com seguros". Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive, quando aplicável, honorários, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Mensuração do valor contábil líquido: Na demonstração do resultado, b) Investimentos mantidos até o vencimento: Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo classificados pelos níveis hierárquicos de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado, demonstrando os saldos contábeis e os valores justos:

Os saldos contábeis dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado se aproximam de seus respectivos valores justos, devido ao prazo médio de recebimento e pagamento serem de curto prazo. Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, são classificados nos Níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo: Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos; Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades. O valor justo dos títulos públicos é apurado com base nos preços de mercados secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Em 30 de junho de 2013, a Seguradora apresentava saldo de R\$217 (R\$642 em 31 de dezembro de 2012) em outras aplicações, que representa basicamente a participação no convênio DPVAT no montante de R\$147. Pelo fato dessas aplicações não apresentarem um mercado ativo em função do volume de transações negociadas e também pelo fato de seu valor justo não ser confiavelmente medido/mensurado, tais aplicações encontram-se registradas ao seu valor de custo. Em junho de 2013, a Seguradora vendeu sua participação em uma carteira de títulos do passivo financeiro baixado e a contrapartida de venda de R\$444, pelo montante de R\$3.704, gerando assim um ganho com venda dessas ações do IRB de R\$3.260. 3.5. Caixa de instrumentos financeiros: Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento. Quando não são transferidos nem riscos substancialmente os riscos e benefícios, a Seguradora avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar sua manutenção no ativo. A Seguradora baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Seguradora são extintas e canceladas ou quando vencem. A perda ou emissão de uma carteira de outros resultados abrangentes e o resultado da compra e venda de um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado até o valor da perda reconhecida. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa é reclassificada em outros resultados abrangentes e o resultado da compra e venda de um título de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Uma perda por impairment é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. 3.8. Equivalentes de caixa: São representados por instrumentos financeiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são avaliados com base nos compromissos de curto prazo, com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa. 3.9. Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos não financeiros: De acordo com o CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, a entidade deve avaliar, no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais, os valores contabilizados como ativos não financeiros a fim de verificar se os mesmos não estão registrados em valor superior aquele passível de recuperação. Caso isto seja identificado, é estimado o valor recuperável do ativo e reconhecido contabilmente a eventual diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A perda por impairment é reconhecida no resultado de valor do ativo e o seu valor em uso. Caso o valor contábil seja maior, não haverá desvalorização do ativo. Uma perda por impairment é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. 3.10. Outras aplicações: Refere-se, basicamente, à participação na Seguradora Líder dos Consórcios do seguro DPVAT, registrada ao custo de aquisição. 3.11. Crédito das operações de seguros: Os prêmios a receber e as respectivas despesas de comercialização são registrados debütados contra uma contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o parcelamento dos prêmios. A provisão para riscos de crédito sobre prêmios a receber é constituída com base na parcela do prêmio que pode não ser recebido. A metodologia utilizada para o cálculo da provisão leva em consideração o percentual médio de cancelamentos aplicado ao saldo de prêmios a receber, combinada com a base histórica de prêmios a receber vencidos há mais de 365 dias, abrangendo os seguros diretos e coseguro aceito. A provisão para riscos de créditos com resseguradoras é constituída com base nos sinistros pendentes de recuperação, considerando a expectativa de recuperação avaliada pela área técnica. A provisão para riscos de créditos com coseguro cedido é constituída com base nos sinistros pendentes de recuperação, considerando a expectativa de recuperação avaliada pela área técnica. O montante das provisões constituídas são juntas a receber. 3.12. Outros valores e bens - provisão para desvalorização: Contempla substancialmente o registro de bens patrimoniais já ressarcidos aos segurados, porém recuperados, avaliados ao valor justo. A provisão para desvalorização de salvados é constituída levando-se em consideração os bens recuperados e não negociados, que perderam valor de mercado. A referida provisão tem por objetivo ajustar os salvados ao valor provável de realização. 3.13. Imobilizado: O ativo imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição e depreciado de acordo com o prazo de perdas por impairment acumuladas, quando aplicável. O software adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, compreendido substancialmente por móveis, imóveis, utensílios, máquinas, equipamentos e veículos. Os ganhos e perdas decorrentes da alienação de um ativo imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo imobilizado, reconhecidos no resultado do período. O valor contábil líquido é determinado pelo custo histórico de aquisição, menos a depreciação acumulada em seu valor contábil. O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos e o seu custo for mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos. A reavaliação total dos bens imóveis da Seguradora ocorrida em março de 2006 será mantida até sua realização. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: 4% para imóveis, 10% para bens móveis e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são revisados a cada encerramento de exercício. Uma perda por valor residual é reconhecida sempre que o valor justo do ativo for menor que o valor contábil. 3.14. Intangível: O ativo intangível refere-se a desenvolvimento e aquisições de softwares. Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos. 3.15. Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$240 ao ano para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável anual para imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda é calculado sobre o lucro líquido antes dos impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda". O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se esperam ser aplicadas em cada data de encerramento de exercício. Uma perda por valor residual é reconhecida sempre que o valor justo do ativo for menor que o valor contábil. 3.14. Intangível: O ativo intangível refere-se a desenvolvimento e aquisições de softwares. Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos. 3.15. Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$240 ao ano para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável anual para imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda é calculado sobre o lucro líquido antes dos impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda". O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se esperam ser aplicadas em cada data de encerramento de exercício. Uma perda por valor residual é reconhecida sempre que o valor justo do ativo for menor que o valor contábil. 3.14. Intangível: O ativo intangível refere-se a desenvolvimento e aquisições de softwares. Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos. 3.15. Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$240 ao ano para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável anual para imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda é calculado sobre o lucro líquido antes dos impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda". O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se esperam ser aplicadas em cada data de encerramento de exercício. Uma perda por valor residual é reconhecida sempre que o valor justo do ativo for menor que o valor contábil. 3.14. Intangível: O ativo intangível refere-se a desenvolvimento e aquisições de softwares. Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos. 3.15. Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$240 ao ano para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável anual para imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda é calculado sobre o lucro líquido antes dos impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda". O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se esperam ser aplicadas em cada data de encerramento de exercício. Uma perda por valor residual é reconhecida sempre que o valor justo do ativo for menor que o valor contábil. 3.14. Intangível: O ativo intangível refere-se a desenvolvimento e aquisições de softwares. Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos. 3.15. Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$240 ao ano para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável anual para imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda é calculado sobre o lucro líquido antes dos impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda". O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se esperam ser aplicadas em cada data de encerramento de exercício. Uma perda por valor residual é reconhecida sempre que o valor justo do ativo for menor que o valor contábil. 3.14. Intangível: O ativo intangível refere-se a desenvolvimento e aquisições de softwares. Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos. 3.15. Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$240 ao ano para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável anual para imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda é calculado sobre o lucro líquido antes dos impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda". O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se esperam ser aplicadas em cada data de encerramento de exercício. Uma perda por valor residual é reconhecida sempre que o valor justo do ativo for menor que o valor contábil. 3.14. Intangível: O ativo intangível refere-se a desenvolvimento e aquisições de softwares. Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos. 3.15. Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$240 ao ano para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável anual para imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda é calculado sobre o lucro líquido antes dos impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda". O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se esperam ser aplicadas em cada data de encerramento de exercício. Uma perda por valor residual é reconhecida sempre que o valor justo do ativo for menor que o valor contábil. 3.14. Intangível: O ativo intangível refere-se a desenvolvimento e aquisições de softwares. Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos. 3.15. Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$240 ao ano para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável anual para imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda é calculado sobre o lucro líquido antes dos impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda". O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se esperam ser aplicadas em cada data de encerramento de exercício. Uma perda por valor residual é reconhecida sempre que o valor justo do ativo for menor que o valor contábil. 3.14. Intangível: O ativo intangível refere-se a desenvolvimento e aquisições de softwares. Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos. 3.15. Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$240 ao ano para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável anual para imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda é calculado sobre o lucro líquido antes dos impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda". O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se esperam ser aplicadas em cada data de encerramento de exercício. Uma perda por valor residual é reconhecida sempre que o valor justo do ativo for menor que o valor contábil. 3.14. Intangível: O ativo intangível refere-se a desenvolvimento e aquisições de softwares. Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos. 3.15. Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$240 ao ano para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável anual para imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda é calculado sobre o lucro líquido antes dos impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda". O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se esperam ser aplicadas em cada data de encerramento de exercício. Uma perda por valor residual é reconhecida sempre que o valor justo do ativo for menor que o valor contábil. 3.14. Intangível: O ativo intangível refere-se a desenvolvimento e aquisições de softwares. Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos. 3.15. Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$240 ao ano para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável anual para imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda é calculado sobre o lucro líquido antes dos impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda". O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se esperam ser aplicadas em cada data de encerramento de exercício. Uma perda por valor residual é reconhecida sempre que o valor justo do ativo for menor que o valor contábil. 3.14. Intangível: O ativo intangível refere-se a desenvolvimento e aquisições de softwares. Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos. 3.15. Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$240 ao ano para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável anual para imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda é calculado sobre o lucro líquido antes dos impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda". O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se esperam ser aplicadas em cada data de encerramento de exercício. Uma perda por valor residual é reconhecida sempre que o valor justo do ativo for menor que o valor contábil. 3.14. Intangível: O ativo intangível refere-se a desenvolvimento e aquisições de softwares. Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos. 3.15. Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$240 ao ano para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável anual para imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda é calculado sobre o lucro líquido antes dos impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda". O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se esperam ser aplicadas em cada data de encerramento de exercício. Uma perda por valor residual é reconhecida sempre que o valor justo do ativo for menor que o valor contábil. 3.14. Intangível: O ativo intangível refere-se a desenvolvimento e aquisições de softwares. Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos. 3.15. Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$240 ao ano para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável anual para imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda é calculado sobre o lucro líquido antes dos impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda". O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se esperam ser aplicadas em cada data de encerramento de exercício. Uma perda por valor residual é reconhecida sempre que o valor justo do ativo for menor que o valor contábil. 3.14. Intangível: O ativo intangível refere-se a desenvolvimento e aquisições de softwares. Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos. 3.15. Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$240 ao ano para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável anual para imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda é calculado sobre o lucro líquido antes dos impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda". O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se esperam ser aplicadas em cada data de encerramento de exercício. Uma perda por valor residual é reconhecida sempre que o valor justo do ativo for menor que o valor contábil. 3.14. Intangível: O ativo intangível refere-se a desenvolvimento e aquisições de softwares. Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos. 3.15. Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$240 ao ano para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável anual para imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda é calculado sobre o lucro líquido antes dos impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda" e os valores contábeis de instrumentos financeiros classificados como "Disponível para venda". O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se esperam ser aplicadas em cada data de encerramento de exercício. Uma perda por valor residual é reconhecida sempre que o valor justo do ativo for menor que o valor contábil. 3.14. Intangível: O ativo intangível refere-se a desenvolvimento e aquisições de softwares. Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos. 3.15. Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores em milhares de reais - R\$)

Riscos isolados. Essa estratégia é definida anualmente em um planejamento estratégico que estabelece as classes de negócios, regiões territoriais, e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros. Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos, a Seguradora mantém contratos de resseguro, os quais são renovados, no mínimo, anualmente. Os contratos de resseguro firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento de risco de severidade. A política de aceitação de riscos considera a experiência histórica e premissas atuariais. As indenizações são devidas aos segurados na medida em que os sinistros ocorreram. A Seguradora efetua a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência desta, sendo que sua aprovação pode ser dada somente pelo Comitê de Underwriting, observando os períodos máximos constantes no Código Civil. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período longo, e parte significativa destes sinistros está relacionada às Provisões de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). Muitas variáveis afetam o valor e o montante a ser pago nestes contratos. O custo estimado de sinistros inclui despesas diretas a serem incorridas na liquidação dos sinistros. A Seguradora adota diversos procedimentos para garantir que as informações relativas à sua exposição de sinistros são adequadas. Todavia, considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, é provável que a liquidação final mostre-se diferente do passivo inicialmente constituído. Estas provisões incluem o IBNR e a Provisão de Sinistros a Liquidar. Em relação aos sinistros judiciais, o valor é particularmente sensível à jurisprudência relativa à matéria em questão. Na estimativa da Provisão de Sinistros a Liquidar, a Seguradora utiliza-se de técnicas baseadas na sinistralidade histórica, bem como da pericia e avaliações específicas com relação ao bem sinistrado. 5.4. Análise de sensibilidade: A despesa de sinistros ocorridos pode ser afetada pela frequência e/ou severidade dos sinistros em seu portfólio a partir da influência de diversos fatores. As mudanças climáticas ocorrendo no mundo atualmente, comportamento dos motoristas e estados de conservação das vias rodoviárias, mudanças na situação econômica do país afetando simultaneamente a criminalidade e por consequência os índices de roubo. É esperado que ocorram variações em número de sinistros influenciados pelas mais diversas situações, até mesmo que o sinistro possua uma característica randômica que pode levar em um momento qualquer o incremento de sinistros de grandes valores, infringindo perdas não esperadas para a Seguradora. A tabela abaixo simula a sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido, caso a sinistralidade varie em 10% em relação ao prêmio ganho como resultado do aumento ou diminuição na frequência e severidade destes, em 30 de junho de 2013.

Table showing sensitivity analysis for 30/06/2013, comparing variations in premium received and liquidated reserves against results and equity.

Table showing tax rate variations for 30/06/2013, comparing results and equity under different tax scenarios.

Table showing adjusted equity and investment assets for 30/06/2013, comparing results and equity.

Table showing concentration of risks for 30/06/2013, comparing results and equity across different risk categories.

Table showing gross premium for 30/06/2013, comparing results and equity.

Table showing gross premium for 30/06/2013, comparing results and equity.

7. Risco de crédito: O risco de crédito representa o montante de valores a receber que, por quaisquer razões, há o risco de não ser recebido no futuro. A Seguradora adota procedimentos de estimativa, conforme divulgado na nota explicativa nº 3.1.1. 5.8. Risco financeiro: O gerenciamento dos riscos financeiros contempla: a) Risco de liquidez: Compreende o descaimento de fluxos financeiros ativos e passivos bem como a capacidade financeira em adquirir ativos para a garantia de suas obrigações. O gerenciamento desse risco é realizado através de análise do fluxo de caixa do passivo, combinada com a estratégia conservadora de manter no portfólio um volume de investimentos relevantes com liquidez imediata. b) Casamento de ativos e passivos: Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos. 5.9. Risco operacional: O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de eventos externos, deficiência em contratos, descumprimento de dispositivos legais, práticas comerciais inadequadas, e indenização por danos a terceiros. Excluem-se desse conceito os riscos estratégicos e de reputação. O gerenciamento do risco operacional acompanha os diversos cenários de exposição a riscos a que a Seguradora está sujeita, refletindo o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que a Seguradora tem para com os acionistas, funcionários, órgãos reguladores e sociedade. Para mitigar o risco de impactos nas demonstrações financeiras por erro ou ineficiência operacional, a Seguradora adotou processo de checagem mensal das operações contabilizadas em Contas de Resultado, através de reuniões específicas com as Áreas de Negócio. Além disso, estabeleceu processo vigoroso de reconciliações contábeis cuja revisão é também obrigatória pelas Áreas de Negócios. 5.10. Gestão do risco de capital: O gerenciamento de capital procura otimizar a alocação de recursos visando a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócio bem definidas no Comitê de Underwriting, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam no Capital Mínimo Requerido e/ou Margem de Solvência da Seguradora.

Table showing risk management metrics for 30/06/2013 and 31/12/2012, including liquidity, solvency, and capital base.

Os requerimentos de parcela de capital vigentes e exigidos pelo órgão regulador relacionados ao capital mínimo requerido (CMR): a) Capital Base; b) Capital de Risco de Seguradora; c) Capital de Risco de Crédito; d) Capital de Risco Operacional; e) Margem de Solvência. Encontra-se em fase de estudos pela SUSEP a parcela de capital sobre o risco de mercado, que deverá ser exigida no final do exercício de 2014. 5.11. Ferramentas de gerenciamento de riscos: Além das políticas e estratégias mencionadas acima, a Seguradora faz uso das ferramentas "Risk Treatment Plan" e "Risk Register", que visam analisar e gerenciar os riscos identificados, o grau de impacto, o desenvolvimento de planos de ação e a definição de prazos e responsáveis. 6. Disponível - Caixa e Equivalentes de Caixa:

Table showing cash and equivalents for 30/06/2013 and 31/12/2012.

(*) Refere-se a ativo não vinculado à garantia de provisões técnicas e que possui liquidez imediata.

7. Equivalentes de Caixa e Aplicações - Circulante e Realizável a Longo Prazo: 7.1. Composição:

Table showing the composition of cash equivalents and long-term receivables for 30/06/2013 and 31/12/2012.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

Table showing financial assets at fair value through profit or loss for 30/06/2013 and 31/12/2012.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

Table showing financial assets at fair value through profit or loss for 30/06/2013 and 31/12/2012.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

Table showing financial assets at fair value through profit or loss for 30/06/2013 and 31/12/2012.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

Table showing financial assets at fair value through profit or loss for 30/06/2013 and 31/12/2012.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

Table showing financial assets at fair value through profit or loss for 30/06/2013 and 31/12/2012.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

Table showing financial assets at fair value through profit or loss for 30/06/2013 and 31/12/2012.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

Table showing financial assets at fair value through profit or loss for 30/06/2013 and 31/12/2012.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

Table showing financial assets at fair value through profit or loss for 30/06/2013 and 31/12/2012.

Table showing the composition of risks for 30/06/2013 and 31/12/2012, including premiums received and liquidated reserves.

(*) Refere-se, principalmente, à emissão de apólices do ramo 196 - Riscos Nomeados Operacionais, cujas parcelas estão em aberto em 30 de Junho de 2013.

8.2. Parcela a receber por vencimento: Os prêmios a receber, por vencimento, estão distribuídos da seguinte forma:

Table showing the distribution of premiums to be received by maturity for 30/06/2013 and 31/12/2012.

8.3. Movimentação dos prêmios a receber: Saldo em 31 de dezembro de 2012

Table showing the movement of premiums to be received for 30/06/2013 and 31/12/2012.

8.4. Movimentação da redução do valor recuperável (PDD): A provisão para riscos sobre crédito para prêmios diretos é constituída com base em estudo técnico através de análise individual dos prêmios diretos a receber vencidos há mais de 365 dias, combinado com a aplicação do percentual médio de descontos sobre prêmios a receber.

Table showing the movement of the reduction of recoverable value (PDD) for 30/06/2013 and 31/12/2012.

9. Ativos e Passivos de Resseguro: 9.1. Operações com resseguradoras - ativo:

Table showing assets and liabilities of reinsurance: 9.1. Operations with reinsurers - asset:

9.2. Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas:

Table showing assets of reinsurance and retrocession - technical provisions:

10. Créditos Tributários e Previdenciários - Circulante e Não Circulante: 10.1. A composição dos créditos tributários contabilizados no ativo circulante e no ativo não circulante está assim representada:

Table showing tax and social security credits - circulating and non-circulating: 10.1. Composition of tax credits:

10.2. Créditos tributários sobre prejuízos fiscais: Em 30 de junho de 2013, a Seguradora tem base negativa de contribuição social no montante de R\$128.521 (R\$128.783 em 2012) e prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$79.951 (R\$80.213 em 2012), a compensar com lucros futuros. A legislação permite que bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores sejam compensadas com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% de cada lucro tributável auferido em determinado ano. Os montantes do crédito tributário decorrentes da base negativa, do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias acumuladas em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, não reconhecidos contabilmente, estão demonstrados a seguir:

Table showing tax credits on fiscal losses: 10.2. Tax credits on fiscal losses:

11. Custos de Atuação Diferidos: As comissões pagas e recebidas em operações de seguros registradas no circulante são diferidas de acordo com os períodos de vigência das apólices. E estão assim compostas:

Table showing deferred costs of operation: 11. Deferred costs of operation:

12. Outros Valores e Bens - Bens à Venda: O quadro abaixo demonstra o saldo das contas de bens à venda - outros à venda, por tempo de permanência, em 30 de junho de 2013. Os salvados referem-se, em sua totalidade, ao ramo de automóvel.

Table showing other values and assets - assets for sale: 12. Other values and assets - assets for sale:

13. Imobilizado: 13.1. Composição:

Table showing fixed assets: 13.1. Composition:

13.2. Depreciação: O valor líquido do ativo imobilizado está assim representado:

Table showing depreciation: 13.2. Depreciation:

14. Intangível: O ativo intangível está assim composto:

Table showing intangible assets: 14. Intangible:

15. Obrigações a Pagar: As obrigações a pagar registradas no passivo circulante em 30 de junho de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 estão assim compostas:

Table showing liabilities to pay: 15. Liabilities to pay:

16. Provisões Técnicas de Seguros: A composição das provisões técnicas registradas no passivo e as operações com resseguros registradas no ativo estão assim demonstradas em 30 de junho de 2013:

Table showing technical provisions of insurance: 16. Technical provisions of insurance:

Table showing movement of technical provisions of insurance for 30/06/2013 and 31/12/2012.

16.2. Sinistros a Liquidar em Juízo: Do montante de R\$224.359 (R\$229.015 em 31 de dezembro de 2012), o valor de R\$34.369 (R\$33.695 em 31 de dezembro de 2012) refere-se a processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, com a seguinte classificação de risco:

Table showing lawsuits: 16.2. Litigation: Litigation cases by risk classification:

Risco: Para constituição das provisões de sinistros a liquidar judicial são considerados, além da probabilidade de perda, a comparação entre o valor do pedido e o valor da importância segurada, dos dois o que for menor. A movimentação de sinistros judiciais no período está assim representada:

Table showing risk: Risk: For the constitution of provisions of lawsuits to be liquidated judicially, the following factors are considered, in addition to the probability of loss, the comparison between the value of the claim and the value of the insured amount, whichever is lower. The movement of lawsuit cases in the period is represented as follows:

Saldo em 31 de dezembro de 2012

Table showing balance as of 31/12/2012.

16.3. Tabela de desenvolvimento de sinistros: Sinistros brutos de resseguro

Table showing development of claims: Gross reinsurance claims:

Ano de ocorrência

Table showing year of occurrence.

16.4. Tabela de desenvolvimento de sinistros: Sinistros brutos de resseguro

Table showing development of claims: Gross reinsurance claims:

Ano de ocorrência

Table showing year of occurrence.

16.5. Tabela de desenvolvimento de sinistros: Sinistros brutos de resseguro

Table showing development of claims: Gross reinsurance claims:

Ano de ocorrência

Table showing year of occurrence.

16.6. Tabela de desenvolvimento de sinistros: Sinistros brutos de resseguro

Table showing development of claims: Gross reinsurance claims:

Ano de ocorrência

Table showing year of occurrence.

16.7. Depósitos de Terceiros: Os depósitos de terceiros são compostos principalmente pelos prêmios recebidos dos segurados, por cobrança antecipada de prêmio e outros depósitos. Em 30 de junho de 2013 o montante é de R\$472 (R\$829 em 31 de dezembro de 2012).

Table showing deposits of third parties: 16.7. Deposits of third parties:

17. Depósitos de Terceiros: Os depósitos de terceiros são compostos principalmente pelos prêmios recebidos dos segurados, por cobrança antecipada de prêmio e outros depósitos. Em 30 de junho de 2013 o montante é de R\$472 (R\$829 em 31 de dezembro de 2012).

Table showing deposits of third parties: 17. Deposits of third parties:

18. Outros Débitos - Depósitos e Provisões Judiciais: A Seguradora avaliou suas provisões judiciais, de acordo com critérios estabelecidos no CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referenciado pela Circular SUSEP nº 464/13 e alterações posteriores. 18.1. Detalhamento das obrigações legais e provisões para contingências por probabilidade de perda:

Table showing other debits - deposits and judicial provisions: 18.1. Detail of legal obligations and provisions for contingencies by probability of loss:

18.2. Movimentação das provisões judiciais:

Table showing movement of judicial provisions: 18.2. Movement of judicial provisions:

18.3. Provisões trabalhistas: A Seguradora é parte em algumas ações de natureza trabalhista e os pedidos mais frequentes referem-se a vínculo empregatício, horas extras, verbas rescisórias e equiparação salarial. São realizados acompanhamentos periódicos para cada ação e a Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais. b) Provisões Cíveis: Ações impetradas por segurados relacionadas, na sua maioria, a reclamação por danos morais oriundas de sinistros que estão sob discussão judicial ou que foram negados pela Seguradora, ou ainda a discussão pelo pagamento de eventos não cobertos nos contratos de seguro. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais. 19. Contas a Pagar - Longo Prazo: A provisão para tributos diferidos refere-se à tributação sobre a reavaliação das edificações e sobre a mais valia obtida com a marcação a mercado das aplicações financeiras classificadas como "Disponíveis para venda", quando incorrida. O saldo de outras contas a pagar refere-se a provisões relativas a repasses de resseguro cedido e resseguro cedido sobre ressarcimentos de sinistros.

Table showing movement of judicial provisions: 18.3. Movement of judicial provisions:

18.3. Provisões trabalhistas: A Seguradora é parte em algumas ações de natureza trabalhista e os pedidos mais frequentes referem-se a vínculo empregatício, horas extras, verbas rescisórias e equiparação salarial. São realizados acompanhamentos periódicos para cada ação e a Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais. b) Provisões Cíveis: Ações impetradas por segurados relacionadas, na sua maioria, a reclamação por danos morais oriundas de sinistros que estão sob discussão judicial ou que foram negados pela Seguradora, ou ainda a discussão pelo pagamento de eventos não cobertos nos contratos de seguro. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais. 19. Contas a Pagar - Longo Prazo: A provisão para tributos diferidos refere-se à tributação sobre a reavaliação das edificações e sobre a mais valia obtida com a marcação a mercado das aplicações financeiras classificadas como "Disponíveis para venda", quando incorrida. O saldo de outras contas a pagar refere-se a provisões relativas a repasses de resseguro cedido e resseguro cedido sobre ressarcimentos de sinistros.

Table showing movement of judicial provisions: 18.3. Movement of judicial provisions:

19. Contas a pagar: Provisões para tributos diferidos

Table showing liabilities to pay: Provisions for deferred taxes:

20. Patrimônio Líquido: O capital social é de R\$281.368 representado por 59.106.248 (59.106.248 em 2012) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal. Os acionistas é assegurado o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei. Os ajustes com títulos e valores mobiliários são compostos pelos ajustes referidos na nota explicativa nº 7, líquidos dos efeitos tributários. Reservas de reavaliação: Constituída sobre reavaliações de bens do ativo imobilizado, anteriores a 1º de janeiro de 2008, cuja realização se dá por depreciação ou baixa dos referidos bens, líquida dos encargos tributários. 21. Ramos de Atuação da Seguradora: Estão sendo detalhados a seguir os principais ramos de atuação, bem como os respectivos montantes de prêmios ganhos, sinistros ocorridos, custos de aquisição e índices de sinistralidade e de comissionamento:

Table showing liabilities to pay: Provisions for deferred taxes:

21. Ramos de Atuação da Seguradora: Estão sendo detalhados a seguir os principais ramos de atuação, bem como os respectivos montantes de prêmios ganhos, sinistros ocorridos, custos de aquisição e índices de sinistralidade e de comissionamento:

Table showing insurance operations: 21. Insurance operations:

22. Detalhamento de Contas das Demonstrações de Resultado

Table showing detailed breakdown of income statement accounts:

22.1. Prêmios ganhos

Table showing premium income: 22.1. Premium income:

22.2. Sinistros ocorridos

Table showing claims incurred: 22.2. Claims incurred:

22.3. Custos de aquisição

Table showing acquisition costs: 22.3. Acquisition costs:

22.4. Outras receitas e despesas operacionais

Table showing other operating income and expenses: 22.4. Other operating income and expenses:

22.5. Resultado com operações de resseguro

Table showing result from reinsurance operations: 22.5. Result from reinsurance operations:

22.6. Despesa com resseguro

Table showing reinsurance expense: 22.6. Reinsurance expense:

22.7. Despesa com resseguro

Table showing reinsurance expense: 22.7. Reinsurance expense:

22.8. Despesa com resseguro

Table showing reinsurance expense: 22.8. Reinsurance expense:

22.9. Despesa com resseguro

Table showing reinsurance expense: 22.9. Reinsurance expense:

22.10. Despesa com resseguro

Table showing reinsurance expense: 22.10. Reinsurance expense:

22.11. Despesa com resseguro

Table showing reinsurance expense: 22.11. Reinsurance expense:

22.12. Despesa com resseguro

Table showing reinsurance expense: 22.12. Reinsurance expense:

22.13. Despesa com resseguro

Table showing reinsurance expense: 22.13. Reinsurance expense:

22.14. Despesa com resseguro

Table showing reinsurance expense: 22.14. Reinsurance expense:

22.15. Despesa com resseguro

Table showing reinsurance expense: 22.15. Reinsurance expense:

22.16. Despesa com resseguro

Table showing reinsurance expense: 22.16. Reinsurance expense:

22.17. Despesa com resseguro

Table showing reinsurance expense: 22.17. Reinsurance expense:

22.18. Despesa com resseguro

Table showing reinsurance expense: 22.18. Reinsurance expense:

22.19. Despesa com resseguro

Table showing reinsurance expense: 22.19. Reinsurance expense:

22.20. Despesa com resseguro

Table showing reinsurance expense: 22.20. Reinsurance expense:

22.21. Despesa com resseguro

Table showing reinsurance expense: 22.21. Reinsurance expense:

22.22. Despesa com resseguro

Table showing reinsurance expense: 22.22. Reinsurance expense:

22.23. Despesa com resseguro

Table showing reinsurance expense: 22.23. Reinsurance expense:





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

(Valores em milhares de reais - R\$)

22.6. Despesas administrativas

	30/06/2013	30/06/2012
Pessoal	(18.084)	(12.390)
Localização e funcionamento	(3.056)	(3.340)
Despesas com depreciação/amortização	(2.716)	(2.688)
Publicidade e propaganda	(158)	(25)
Serviços de terceiros	(6.130)	(7.327)
DPVAT	(677)	(961)
Outras	(197)	(345)
Total	(31.018)	(27.076)

22.7. Despesas com tributos

	30/06/2013	30/06/2012
PIS e COFINS	(2.408)	(2.284)
Impostos municipais	(83)	(78)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(598)	(600)
Demais tributos	(449)	(83)
Total	(3.538)	(3.045)

22.8. Resultado financeiro

	30/06/2013	30/06/2012
Receitas financeiras:		
Receitas com títulos de renda fixa	7.712	7.663
Receitas com operações de seguros	755	1.811
Receitas com fundos de investimento	1.873	3.665
Outras (*)	3.409	159
Total	13.749	13.298
	30/06/2013	30/06/2012

Despesas financeiras:

Despesas com títulos de renda fixa	-	(1.021)
Despesas financeiras com operações de seguros	(1.752)	1.811
Outras	(501)	(29)
Total	(2.253)	(2.896)
Total resultado financeiro	11.496	10.402

(*) Em 2013 refere-se, basicamente, ao ganho oriundo com a venda de ações do IRB no montante de R\$3.260

23. Imposto de Renda e Contribuição Social

	30/06/2013		30/06/2012	
	IRPJ	CSSL	IRPJ	CSSL
Lucro antes do imposto, líquido de participações	2.791	2.791	(9.501)	(9.501)
Adições	11.102	11.102	6.285	6.285
Exclusões	(13.018)	(13.018)	(8.364)	(8.364)
Lucro (prejuízo) fiscal	875	875	(11.580)	(11.580)
Compensação de prejuízos fiscais	(262)	(262)	-	-
Base de cálculo de IRPJ e CSSL	613	613	-	-
Imposto de renda e contribuição social no semestre	(141)	(92)	-	-
Total de imposto de renda e contribuição social	(141)	(92)	-	-

24. Transações com partes Relacionadas: A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende empregados que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Seguradora, foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de março de 2013, sendo composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado para Diretoria no primeiro semestre de 2013 foi de R\$917 (R\$1.116 em 2012) e para Conselheiros de R\$42 (R\$42 em 2012). A Seguradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações. A Seguradora efetua cessões de resseguros com a Mitsui Sumitomo Insurance Co. Ltd. (resseguradora admitida), através de contratos automáticos e facultativos. As transações entre partes relacionadas decorrentes dessas atividades encontram-se apresentadas abaixo:

Parte relacionada	30/06/2013	31/12/2012
Mitsui Sumitomo Insurance Co. Ltd. (Controladora)		
Ativos - Operações com resseguradoras	3.489	17.947
Passivos - Operações com resseguradoras	10.143	13.052
Receitas - Recuperação de indenização	7.450	3.437
Despesas - Prêmios de resseguros cedidos	(5.069)	(2.549)

25. Outras Informações: Cobertura de Seguros - A Seguradora adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados, levando-se em consideração a natureza de suas atividades. A cobertura dos seguros, em valores de 30 de junho de 2013, é assim demonstrada:

Itens	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	40.524
Veículos	Incêndio, roubo e colisão - RCF	21.450
Total		61.974

26. Sazonalidade: Na condução normal de suas atividades, as demonstrações financeiras da Seguradora estão sujeitas a receitas e custos sazonais decorrentes da natureza de suas operações de seguros.

27. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras da Seguradora foram aprovadas pela Administração em 23 de agosto de 2013.

Conselho Consultivo

Tsutomu Nakamura

Membro

Diretoria

Keiichi Hara - Diretor Presidente

Hélio Hiroshi Kinoshita - Diretor Vice-Presidente

Takato Kato - Diretor Vice-Presidente

Paulo Yukio Takenaka - Diretor

Contador

Luiz Akio Morikawa - CRC 1SP158630/O-3

Atuário

Gustavo Genovez - MIBA 1197

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Mitsui Sumitomo Seguros S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Mitsui Sumitomo Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras intermediárias

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras

e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mitsui Sumitomo Seguros S.A. em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 26 de agosto de 2013

Deloitte.

Clodomir Félix Fialho Cachem Junior
Contador
CRC nº 1 RJ 072947/O-2 "S" SP

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8